

Conselho Municipal do Associativismo

DATA | 24/11/2017

Reunião de plenário

Conselho Municipal do Associativismo

HORA | 21.00 horas

LOCAL | Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte

Ao vigésimo quarto dia do mês de novembro de 2017, pelas 21h, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, realizou-se uma reunião de Plenário do Conselho Municipal do Associativismo.

A mesa do Conselho foi composta pela 2ª secretária, Dulce Forte, representante da Associação de Economia Solidária Sustentável, pelo 1º secretário, Alfredo Santos, Diretor do DCDJ e pelo Vice-Presidente da CMLoures, Paulo Piteira, na condição de Presidente do Conselho Municipal do Associativismo, por lhe ter sido delegada a representação por parte do Presidente da Câmara, através do despacho 152/2017.

A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Deliberação de ata de reunião de CMA de 31.05.2017;
- 2) Plano de atividades e orçamento 2018- Prioridades Municipais;
- 3) Comissões Específicas;
- 4) Outros assuntos.

Dando-se início ao ponto 1) da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa, Paulo Piteira, colocou à votação a ata de reunião de CMA de 31.05.2017. Feita a votação, obtiveram-se os seguintes resultados: 1 abstenção e 28 votos a favor.

2) O segundo ponto da ordem de trabalhos incidiu sobre o Plano de atividades e orçamento|2018 - Prioridades Municipais. Neste ponto, pretendeu dar-se informações aos conselheiros, sobre as principais prioridades identificadas neste importante documento para a gestão quotidiana da Câmara Municipal. Embora o documento estivesse ainda em discussão foram apresentadas as ideias globais aí contidas e a colocar à aprovação dos órgãos municipais, estando este

Conselho Municipal do Associativismo



documento ainda em discussão, por razões de ordem financeira e política, e consequente aprovação por parte dos órgãos municipais (Câmara e Assembleia Municipal). A auscultação da opinião dos membros que compõem o Conselho Municipal do Associativismo, neste âmbito, enquadra-se nas funções deste órgão na sua relação com a câmara municipal: dar o seu contributo, críticas e opiniões relativamente às políticas levadas a cabo pela Câmara Municipal na área da cultura recreio e desporto.

Na apresentação começaram por ser referidas as premissas que influenciaram o plano nomeadamente de carácter financeiro como dívidas do passado a diferentes entidades e a afetação de recursos relacionados com a reposição de direitos dos funcionários da administração local, com consequências no crescimento da despesa com pessoal. Este orçamento foi também marcado por um conjunto de novas competências transferidas para os órgãos autárquicos, correspondendo por vezes, a novos encargos sem a transferência dos respetivos meios necessários, existindo ainda um quadro de indefinição sobre esta matéria.

Outro dos fatores que marcaram a elaboração deste orçamento prende-se com a necessidade de realizar um conjunto de obras no concelho Loures, como é o caso da estrutura de drenagem na cidade de Sacavém (caneiro de Sacavém), com impacto na vivência daquele espaço, uma obra orçamentada no valor de 12 milhões de euros, a reabilitação do parque habitacional do município que necessita de uma intervenção mais profunda, a realização de um conjunto de obras de adaptação num edifício a fim de concentrar os serviços municipais num mesmo espaço, facilitando a comunicação, a celeridade dos processos e diminuindo os custos associados ao funcionamento da estrutura municipal.

Outra das prioridades referenciadas está relacionada com a intenção de manter um plano de intervenção na rede viária, reabilitando os pavimentos que continuam a carecer de intervenção para um bom estado de circulação dos veículos e pessoas, dando mais atenção aos peões, que em alguns locais não têm um tratamento adequado às necessidades.

Pretende-se ainda continuar a reabilitar o parque escolar, permitindo criar uma maior qualidade e corresponder às necessidades de aumento de procura.

O município pretende manter o trabalho de conservação da rede de equipamentos municipais que é extensa e tem um défice de intervenção, nomeadamente, pavilhões, museus e parques urbanos.

Em relação às áreas da cultura, desporto e juventude, foi referido pelo Presidente do CMA, Paulo Piteira, que o próximo quadriénio deverá ser marcado por um processo de avaliação dos planos de intervenção municipal, delineados há 4 anos, em domínios como o atletismo, as artes marciais, os desportos de combate, o futebol, o futsal, a ginástica, as artes plásticas, a música, o teatro, as artes e as tradições regionais e ofícios. Implementados os planos, chegou-se à fase de avaliação dos objetivos que estiveram na origem da sua criação, tendo sempre presente o papel fundamental que assumem os intervenientes, atores e protagonistas das ações desenvolvidas.

Ainda no que se refere ao relacionamento e cooperação com o movimento associativo, foi referida a existência de uma cláusula no RMAA que obriga à sua revisão ao fim de 3 anos, período que se completa em 2018. Assim, o documento será discutido com o movimento associativo, por forma a fazer-se um balanço e avaliação.

Conselho Municipal do Associativismo



Foi referido, igualmente, que se pretende desenvolver e implementar o estatuto de interesse municipal, aplicável às associações que se enquadrem nas condições a definir em regulamento próprio, beneficiando das mesmas linhas de incentivo específicas visando incentivar a atividade do movimento associativo.

A reformulação dos acordos de colaboração e dos contratos programa no âmbito dos planos de intervenção dos Programas Desporto Mais e do Mais Formação são outros dos objetivos a concretizar.

No caso da Cultura vão iniciar-se em 2018 os trabalhos de discussão dos instrumentos de regulação, embora a sua entrada em vigor deva ocorrer apenas no ano de 2019. No caso do Desporto, pretende-se dar início à discussão no 1º semestre de 2018, para aplicação na época desportiva 2018/19, devido a um conjunto de implicações orçamentais e de novas regras que tem que ser acauteladas, discutidas, consensualizadas e depois partilhadas com os agentes desportivos.

Outro dos objetivos da CML |DCDJ é a melhoria dos níveis de apoios atribuídos, a fim de que sejam mais consentâneos com as necessidades das entidades. Uma das preocupações fundamentais é a de criar condições para estabelecer mecanismos que melhorem a formação de dirigentes, técnicos executantes, atletas, envolvidos nas atividades culturais e desportivas na área do concelho de Loures. Esta premissa deve estar subjacente à revisão dos instrumentos reguladores.

Foi ainda referida a pretensão de manter um conjunto de iniciativas que têm conferido maior relevo à posição do Município de Loures na AML, como é o caso do Meeting Internacional de Clarinete, o Festival Internacional de Bandas, as Festas do Concelho, À Descoberta da Música, as Festas do Vinho e das Vindimas, a Feira Setecentista. Estas atividades são uma imagem de marca da política cultural municipal e revelam a capacidade realizadora de clubes e associações e das autarquias locais.

No ano de 2018, pretende-se continuar com o trabalho de apoio às artes, sobretudo aos jovens criadores através de iniciativas como o Prémio Literário Maria Amália Vaz de Carvalho, e a bienal de cerâmica Manuel Joaquim Afonso.

Foi também referida a intenção do município de criar condições para que neste mandato, se perspetive um espaço com tipologia e que permita o desenvolvimento de atividades culturais, que não é possível realizar nos equipamentos atualmente existentes.

Uma preocupação fundamental deste executivo está relacionada com a promoção das diferentes manifestações do ponto de vista cultural, levando o teatro e a música às diferentes freguesias do concelho, como tem vindo a acontecer e que se pretende continuar a promover.

Há um conjunto de desafios que se pretende discutir com os intervenientes, os participantes, os agentes socioculturais, como é o caso dos jogos da paz tradicionais, recuperando a tradição cultural e valorizando o movimento associativo, permitindo deste modo fazer a salvaguarda da cultura popular.

Pretende-se, também que os centros urbanos que têm sido alvo de reabilitação possam ser espaços de mostra da diversidade e da oferta de atividades que, tanto os clubes desportivos como as entidades culturais, têm na área do

Conselho Municipal do Associativismo



município. O centro urbano de Moscavide, de Camarate ou de Loures e futuramente o de Sacavém devem ser locais com programação cultural regular onde os agentes culturais têm uma participação ativa, dando-se a conhecer e procurando captar mais interesse do público pelas atividades que oferecem à população.

Há um conjunto de investimentos que estão relacionados com o património cultural construído que vão estar na ordem do dia neste mandato, com especial destaque para intervenção no Palácio de Valflores em Santa Iria de Azóia e que está em risco de ruína. O município candidatou-se a fundos comunitários para conseguir reunir o financiamento necessário à sua recuperação. A candidatura foi aprovada e no decurso de 2018 irão iniciar-se os trabalhos que vão no sentido de recuperar este exemplar de património cultural construído, que se pretende conservar para gerações vindouras.

O município de Loures tem vindo a colaborar com outros municípios em importantes projetos, como a Rota Histórica das Linhas de Torres e a Rota do Memorial do Convento, levados a cabo por 3 municípios: Loures, Lisboa e Mafra que visa criar uma rota a partir da obra literária de José Saramago - Memorial do Convento, que tem várias páginas dedicadas ao concelho de Loures.

Pretende-se ainda continuar a trabalhar com os municípios que compõem a Rota Histórica das Linhas de Torres, num esforço coletivo de continuar a valorizar estas linhas defensivas, pela sua presença na história peninsular e no mundo, em que o concelho teve papel importante.

Em termos da intervenção de carácter mais global do município fazem parte dois projetos em que se pretende, no próximo quadriénio, valorizar a natureza e o espaço territorial do concelho: o espaço da várzea e a frente ribeirinha do Tejo, fazendo uma ligação com Vila Franca Xira e Lisboa. Pretende criar-se um contínuo que permite de deslocações pedonais, ciclovias num percurso pela frente ribeirinha do Tejo.

O Vice-Presidente fez ainda referência ao papel desempenhado pelo Espaço A, que deve ter um protagonismo cada vez maior, apoiado num trabalho quotidiano e diário, facilitando o papel que as associações assumem, sem prejuízo do trabalho que os técnicos de plano e dos técnicos de zona têm vindo a desempenhar com as associações.

Fernando Vaz, presidente da ACCL, realçou a importância dos jogos da paz tradicionais, enquanto forma de recuperação da expressão cultural e desportiva e de ligação intergeracional que podem permitir. Em Portugal, vão realizar-se, em 2020 os jogos mundiais tradicionais, em que Loures pode dar um forte contributo. A ACCL considera que poderá contribuir para esta seja ser uma boa iniciativa no Concelho de Loures.

No que se refere especificamente à revisão dos regulamentos, Fernando Vaz, considera que a ACCL deve ser convocada a participar.

Fernando Lopes, representante da SFUP, colocou algumas questões relacionadas com a Feira Setecentista de Santo Antão do Tojal, especificamente sobre quem tem a responsabilidade de toda a dinâmica deste evento, se o município ou uma empresa. Outra questão colocada está relacionada com a possibilidade do Município estabelecer um protocolo e eventualmente ter um programa de visitas, em que também estejam previstas iniciativas no campo da música, do teatro e do bailado, com o Palácio do Correio Mor permitindo o usufruto deste espaço pelo povo Lourense.

Conselho Municipal do Associativismo



Rui Tapadinhas, do teatro AGITA, coloca um conjunto de questões, relacionadas com o PIM do teatro, considerando a importância de se fazer um balanço de 4 anos, antes das eleições. Ainda no que se refere à intervenção no Palácio de Valflores questionou se é uma intervenção de reabilitação na totalidade, ou se é uma intervenção apenas para que o edifício não caia.

Em relação ao espaço para atividades culturais, o Vice-presidente referiu que a intenção do executivo é iniciar o processo em 2018, contudo ainda se vai discutir o programa, procurar terrenos e criar condições do ponto de vista financeiro para se fazer o investimento, depois há a fase do lançamento dos concursos e execução da obra. Pretende-se que este seja um investimento pensado, com uma programação estruturada, para que não seja uma infraestrutura “fantasma”.

Em relação à feira setecentista esta é uma iniciativa promovida pela Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e estruturas associativas, envolvendo a população de Santo Antão do Tojal. Há componentes muito diversas de participação, em que o movimento associativo está presente, nomeadamente na área da alimentação, em que a exploração destes espaços, com a venda de produtos, têm contribuído para a sua vida financeira. Ou seja, existem vários parceiros, como a autarquia, a população, o movimento associativo, juntas de freguesia e em alguns aspetos as empresas.

Em relação ao Correio Mor esclareceu-se que este é um espaço privado, de propriedade privada em que a autarquia tem vindo a conseguir, em diferentes situações, alguma colaboração, nomeadamente na homenagem prestada aos trabalhadores do município, o Palácio foi solicitado e disponibilizado. Também se tem vindo a integrar este exemplar único do património construído em outras visitas, como “À descoberta do património no concelho de Loures”, através do Gabinete de Turismo, mas também promovidas pelo DCDJ. Existindo interesse para fazer visitas organizadas, poderá fazer-se um pedido à CML e a Autarquia poderá servir de interlocutor com o proprietário.

Em relação ao PIM do teatro e especificamente no que se refere à avaliação mencionada por Rui Tapadinhas, não foi solicitada nenhuma avaliação do mesmo à Vereação. Em relação ao Plano é um documento municipal e está disponível para consulta da população, esclareceu o Vice-Presidente.

No que se refere a um conjunto de documentos de regulamentação, vão ser alvo de discussão e avaliação, tal como se pretende fazer em relação aos vários Planos de Intervenção Municipal, para que sejam ferramentas para o bom desenvolvimento das diferentes atividades, quer em relação à cultura, quer ao desporto.

Em relação à obra para o Palácio de Valflores, a proposta é de uma intervenção para que o edifício não caia. Valflores é uma ruína de um edifício que é exemplar único de arquitetura civil quinhentista no País, que o Estado Português nunca cuidou de classificar, reabilitar ou impedir que caísse. A única ação realizada foi dinamizada pela CML em articulação com a Valorsul, tendo o membro do governo que tinha na altura a tutela (ministro do ambiente) sobre a Valorsul, proferido despacho impedindo a Valorsul de gastar o dinheiro na recuperação deste património.

A única entidade que há mais de uma década tem procurado manter este processo é a CMLoures. O município fez a candidatura a fundos comunitários, embora tenha que suportar os encargos desta reabilitação. A intervenção proposta neste edifício é de consolidação de forma a evitar a sua perda e criar condições para que, até à 3ª fase, se transforme

Conselho Municipal do Associativismo



em algo visitável. Um dos objetivos é a transformação deste espaço num centro interpretativo de forma a sensibilizar a população escolar para aquele importante património, mas está a falar-se de vários milhões de euros, que não é possível suportar só por um município.

José Falcão, da AHBVBucelas, considera que em Bucelas existe um importante património, nomeadamente, um núcleo museológico que importa divulgar, por exemplo, através de um folheto em que estariam incluídos o Museu do Vinho e da Vinha, Os Fortes da Ajuda Grande, do Casal do Arpim, o Centro de Interpretação das Linhas de Torres, o Núcleo museológico da Igreja Matriz de Loures, o Grupo Museológico Luís Serra, o Núcleo Museológico dos Bombeiros Voluntários Bucelas e o septo romano. Ao nível privado referiu a casa medieval da torre que está a ficar em ruínas, o moinho privado na Serra da Alrota que foi recuperado e está a funcionar, com disponibilidade para visitas, através de protocolo com os proprietários por exemplo, a Azenha do Farrapo que está a ficar abandonada. Com as iniciativas da confraria do arinto e as visitas às Caves Velhas também se considera que está a verificar-se alguma degradação (telhas partidas etc.). Considera que não são iniciativas anuais, como a festa do vinho e das vindimas, ou seja, iniciativas pontuais, que fazem sobreviver Bucelas. Referiu também a importância de um folheto, do qual poderia fazer parte o património privado, a Casa Medieval da Torre, o Moinho da Serra da Alrota, Azenha do Farrapo, as Caves Velhas e a Quinta da Romeira.

Fernando Lopes, da SFUP, propõe a criação de um percurso da música do barroco, começando em Loures passando por Bucelas e Camarate. Em relação à feira setecentista, refere que têm uma peça de teatro encenada que considerou interessante levar a peça à iniciativa.

Rui Tapadinhas refere que também tem um projeto de recriação histórica com diversos temas, nunca tendo havido um convite para participar na feira setecentista. Em relação ao plano de intervenção para o teatro, a solicitação foi no sentido de se fazer o balanço antes das eleições.

Ricardo Preto, da Associação de Carnaval de Loures, pergunta se está prevista alguma intervenção no edifício 4 Outubro - Avenida da República.

Um dos conselheiros (Interveniente não identificado), questiona sobre a viabilidade do projeto para o espaço cultural ser no quartel de Sacavém, considerando que este poderia ser um espaço pensado enquanto pólo cultural e empresarial criando-se sinergias entre a cultura, empresas, empreendedorismo e starup's.

O Vice-presidente, em resposta às questões levantadas, começou por referir que a ideia de existirem publicações que dão a conhecer os espaços geográficos do concelho, nomeadamente, um guia que condense, o que visitar no concelho, é uma iniciativa bem-vinda. Numa reflexão mais geral, referiu que, em relação à atividade económica, existem locais onde este potencial está desaproveitado, mencionando a importância dos agentes económicos rentabilizarem aquilo que é seu.

No que se relaciona com Santo Antão do Tojal e a Feira Setecentista, o Vice-presidente, Paulo Piteira, esclarece que existe uma história e uma dinâmica própria. Neste sentido, as questões levantadas pela SFUP devem ser clarificadas com a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal enquanto entidade que está mais atenta aos agentes

Conselho Municipal do Associativismo



que lhe estão mais próximas do ponto de vista de espaço geográfico, é quem dinamiza os seus agentes, centros de dia, e escolas.

Em relação às sugestões apresentadas pelos conselheiros para um espaço cultural, nomeadamente, o quartel de Sacavém, Paulo Piteira, julga que pertence a um fundo imobiliário privado, com um projeto de urbanização sujeito a discussão pública, apresentado ainda pelo anterior executivo municipal. Contudo, a Câmara Municipal acabou por nunca o levar à decisão definitiva. Refere, ainda, que este é um espaço onde poderão acontecer diversas iniciativas coisas para o território, mas isso só se poderá discutir e ser efetivado quando houver um projeto consolidado, pelo proprietário do espaço.

Em relação ao Edifício 4 de Outubro, foi referido que é uma das preocupações do executivo municipal, e em relação ao qual se pretende canalizar alguns dos recursos para a realização de um investimento no próximo triénio, pela sua importância histórica. Um dos objetivos é transformar este edifício num núcleo museológico alusivo à implantação da república, sendo necessário, para este efeito, fazer uma candidatura para financiamento do projeto, logo que surja um fundo com essa capacidade.

Em relação à colaboração com entidades privadas, a CML| DCDJ estabeleceu uma parceria com o proprietário da Mercearia Santana o que permitiu manter este edifício na propriedade de um privado, tendo-se realizado obras, que permitiram converter este espaço num polo de realização de atividades culturais, sessões de fado, colóquios etc., onde todas as partes são beneficiadas.

José Falcão, propõe a realização de uma colaboração semelhante à estabelecida entre o município e a Mercearia Santana, para Bucelas, sugerindo a disponibilização de um técnico que realizasse visitas ao património privado, mediante programação antecipada de visitas aos espaços.

O Presidente do CMA, Paulo Piteira, refere que se deverá ter uma gestão dos processos tendo por referência os recursos disponíveis e que servem melhor as pessoas. O Município investiu recentemente na reabilitação, pela 2ª vez, do Moinho da Apelação, que está ao dispor de quem o queira visitar e que é gerido pela CMLoures e pela União de Freguesias Camarate Unhos e Apelação.

3) No terceiro ponto da ordem de trabalhos, que incidia sobre as comissões específicas, começou por se dizer que já foi produzido algum trabalho sobre esta matéria: música, associativismo e bares. Em relação ao grupo de trabalho constituído para abordar a questão dos bares nas associações, o coordenador do grupo de trabalho e responsável por esta matéria deixou de ser conselheiro.

Fernando Vaz apresentou o documento do grupo de trabalho “Para a reflexão sobre o associativismo no Concelho de Loures”. Este trabalho resultou num documento que foi enviado previamente a todos os conselheiros. Fernando Vaz começou por apresentar a forma como surgiu este documento e os seus resultados: no CMA de 28 junho de 2016 foi constituído um grupo de trabalho composto por Fernando Vaz, representante da ACCL, Rui Pinheiro, representante da ADAL e Fernando Lopes, da SFUP. Na primeira reunião, o grupo começou por considerar que havia falta de jovens e mulheres nos órgãos sociais das coletividades. Contudo, esta não era uma questão transversal às coletividades. Nessa

Conselho Municipal do Associativismo



sequência, o grupo derivou numa análise mais alargada sobre o associativismo no concelho, alterando-se os objetivos inicialmente propostos. De acordo com o programa de trabalho delineado, promoveu-se uma reunião com os técnicos municipais da área do desporto e da cultura. A composição do grupo de trabalho foi alargada, passando a integrar este grupo, Ana Mata da AHBVL, Dulce Fortes, da Associação de Economia Solidária Sustentável e Susana Damasceno da AID Global. Foram diversas as reuniões realizadas e do trabalho desenvolvido, resultou o documento de trabalho que foi distribuído pelos conselheiros. Este documento tem em vista a análise final neste CMA. O documento “aproximar o movimento associativo das populações e as populações do movimento associativo”, insere um conjunto de recomendações que assentam em 4 parâmetros: Confiança, Inovação, Transparência e Participação e encerra também alguns aspetos de carácter reivindicativo ao poder central e local. Este documento pretende indicar caminhos para o dirigismo associativo, para a revitalização das coletividades e clubes do concelho, em que cada um procederá à aplicação do documento de acordo com a sua realidade. Foi solicitado à CMLoures um folheto próprio para distribuição do documento aos dirigentes associativos do concelho. O Grupo de trabalho deu por finalizada a sua tarefa, embora tenha feito referência à importância de ouvir as opiniões sobre este documento.

Fernando Lopes apelou à leitura do documento, considerando-o um ótimo manual de procedimentos, em que se vai acrescentando conteúdos e que não estará terminado. Também fez referência à comissão específica para música e para o teatro, que foi iniciada, mas que não teve continuidade, embora considere que muito tem que se discutir a esse nível. Em relação à comissão específica para o movimento filarmónico, houve um conjunto de objetivos interessantes como a formação, troca de experiências, troca de instrumentos, empréstimo de transporte, intercâmbios, tendo-se discutido também a constituição de uma orquestra municipal. Fernando Lopes considera que houve desmotivação, refletindo-se na fraca participação nas reuniões. Em algumas áreas considera que ainda se trabalha de forma isolada. Assim, Fernando Lopes afasta-se da coordenação desta comissão, participando nas reuniões caso se realizem.

Fernando Vaz, da ACCL, relativamente às comissões específicas, mencionou a importância de manter os trabalhos da comissão para os bares e coletividades, considerando que esta deve ser revitalizada, sugerindo a constituição de um grupo de trabalho misto e que, em 1º lugar, desencadeasse uma reunião com a ACCL e CMLoures para um balanço do trabalho feito. Esta comissão, visava criar condições para a legalização dos bares das coletividades. Existindo uma grande percentagem de bares que não está legalizada a importância desta comissão é reforçada.

O Vice-presidente, Paulo Piteira, refere que o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho é inovador, constituindo um importante contributo, que enriqueceu o CMA e que pode ser um bom instrumento de trabalho. Neste sentido, propôs editar e fazer uma ampla difusão do documento pelo movimento associativo concelhio. Esta medida será operacionalizada entre o grupo de trabalho e os serviços do DCDJ após análise do formato mais adequado.

Em relação ao trabalho iniciado no âmbito da legalização dos bares, considera que o assunto tem muita importância para que os trabalhos parem. A ACCL manifestou disponibilidade para iniciar estes trabalhos. Em relação à CMLoures, os trabalhos terão início através do Espaço A, procurando articular-se à reflexão desde logo, entre as entidades.

Conselho Municipal do Associativismo



Outros Assuntos

Fernando Lopes da SFUP começou por divulgar as iniciativas do Teatro'up, começando por referir o encontro que se irá realizar no penúltimo e último fim de semana do carnaval, cujo tema serão as Cegadas. Estes espetáculos vão decorrer na rua, tendo sido solicitada ajuda das coletividades que fazem cegadas, no sentido de se associarem ao Teatro'up, nas apresentações públicas.

Fernando Vaz anunciou que está agendado para 28 de janeiro um encontro de coletividades do Concelho de Loures.

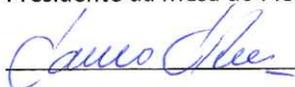
Dulce Forte, da Associação Economia Solidária Sustentável (AESS) refere que a associação vai desenvolver um projeto no âmbito da iniciativa Erasmus +, permitindo um intercâmbio de 27 jovens, de 9 países, contando com a participação da Casa do Gaiato e da CML. A AESS, em articulação com o Espaço A e com o Instituto Jaques Delors está a trabalhar numa candidatura para apresentação de um seminário de geminação de cidades.

A Associação Canticorum, Grupo Coral da Portela, Conceição Testos, anunciou o concerto de ano novo na Igreja de Loures, disponibilizando-se para participarem em iniciativas, por ex. através de atuações, com um repertório barroco.

Manuel Azevedo, representante da Associação de Moradores do Bairro de São Francisco de Camarate informa que não tem instalações e pediu ajuda para dinamização de atividades. O Presidente do CMA sugeriu a marcação de reunião com o "Espaço A", sugerindo desde logo uma marcação entre este espaço e associação.

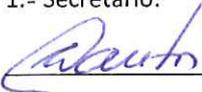
Sem mais assuntos, às 24h00 deu-se por encerrada a reunião de plenário

Presidente da Mesa do Plenário



(Paulo Piteira)

1.º Secretário:



(Alfredo Santos)

2.º Secretário:



(Dulce Forte)

Loures,

Conselho Municipal do Associativismo



CONSELHO MUNICIPAL DO ASSOCIATIVISMO 24.11.2017 | PRESENÇAS

Representantes do MAP		Presenças
1	ACPA - Associação Cultural Portuguesa de Aikido	sim
2	ADAL - Linha de Defesa - Associação de Defesa do Ambiente e do Património de Loures	sim
3	AESS - Associação de Economia Solidária Sustentável	sim
4	AGITA - Associação Cultural e Juvenil / Teatro AGITA	sim
5	Associação de Moradores da Portela	sim
6	Associação das Coletividades do Concelho de Loures	sim
7	Associação de Escuteiros de Portugal - Grupo 208	sim
8	Associação de Moradores do Bairro de São Francisco	sim
9	Associação do Carnaval de Loures	sim
10	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bucelas	sim
11	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fanhões	sim
12	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures	sim
13	Atlético Clube de Moscavide	sim
14	Banda Recreativa de Bucelas	sim
15	Canticorum - Associação de Amadores de Música	sim
16	Centro Cultural e Recreativo União Jovem Á-dos -Cães	sim
17	Confraria do Arinto de Bucelas	sim
18	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1349 Santa Maria de Loures	sim
19	Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 495	sim
20	Futebol Clube Ribadense	sim
21	Gimnofrietas - Associação Desportiva, Cultural e Social de Frietas	sim
22	Grupo Motard Infantado	sim

Conselho Municipal do Associativismo



23	Grupo Motard "Os Correias"	sim
24	Grupo Musical e Recreativo da Bemposta	sim
25	Grupo União Lebrense	sim
26	Infantado Futebol Clube	sim
27	Pensamentos ao Vento - Associação	sim
28	Sociedade Filarmónica União Pinheirense - SFUP	sim
29	União Cultural e Recreativa da Chamboeira	sim
REPRESENTANTES DE CADA PARTIDO POLÍTICO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL		
1	BE	sim
2	CDS -PP	sim
3	PAN	sim
4	PSD	sim

